



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E PROJETOS

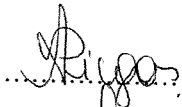
ATA DE REUNIÃO Nº 191/2022 (Sequência: 9)  
TOMADA DE PREÇOS nº 04/2022

Às 10 horas do dia vinte e quatro do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois (24/05/2022), a Comissão Permanente de Licitações nomeada pelo Decreto nº 19.303, de 11 de janeiro de 2022, formada pelos membros: ADRIANA PIEGAS DE SOUZA, servidora efetiva, neste ato desempenhando as atividades de Presidente, PRISCILA FREDERICH DE OLIVEIRA, GILEADE SILVA VIANA, MARINICE NIEDERAUER IENSEN e FERNANDA ROHLEDER BRONZONI, se reuniram em sessão pública, na sala de licitações, localizada junto ao Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, sito à rua Ver. Eurico Batista da Silva nº 64, para deliberar acerca da licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 04/2022/PE/SMPOP-DCL, o qual tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, com fornecimento dos recipientes, transporte, tratamento e destino final em aterro licenciado (próprio ou terceirizado) dos RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE dos grupos A, E e B. Nesta data, a Comissão registra o recebimento dos pareceres do Técnico Responsável e passa a julgar os recursos. Para um melhor entendimento, o recurso será analisado em tópicos distintos, a seguir divididos. **DAS RAZÕES DE RECURSO:** A empresa **CETRILIFE** interpôs recurso em relação à habilitação da empresa **ABORGAMA**, alegando, em síntese: **a)** em relação à subcontratação da empresa **ECOTOTAL** para a destinação final dos resíduos, que não estaria incluído no serviço o tratamento de resíduos líquidos; e **b)** no tocante à subcontratação da empresa **INCA – Incineração e Controle Ambiental LTDA**, que para realizar o tratamento de resíduos químicos, ocorreria um custo muito elevado para a Administração, uma vez que o serviço teria destinação final em Minas Gerais. **Postulou**, então, pela inabilitação da empresa **Aborgama**, em razão da não comprovação de sua qualificação técnica para cumprir com o objeto do contrato, tampouco na demonstração da vantagem econômica para a Administração. **DAS CONTRARRAZÕES:** Em contrarrazões, a empresa **ABORGAMA** sustentou, em relação ao primeiro ponto levantado (ausência de qualificação quanto ao tratamento de resíduos líquidos), que o documento somente faz ressalva em relação ao recebimento de resíduos de saúde que não tenham sido fruto de esterilização, sendo que a empresa realizará o processo de tratamento de tais resíduos líquidos, por meio de subcontratada, conforme determina todo o arcabouço normativo de regência, notadamente a RDC 222/2018 da Anvisa, de modo que todos os resíduos sólidos e líquidos de saúde serão objeto de tratamento de inativação (autoclave/incineração). Em relação ao argumento de afronta ao princípio da economicidade, sustentou que o processo está na fase de habilitação, de modo que não há como se analisar, no momento em que se encontra o procedimento, a viabilidade da proposta e sua economicidade (questão que será enfrentada na fase oportuna). Salientou que o critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global da proposta, de forma que a proposta deve ser analisada como um todo. Nesse sentido, ainda que um item desse conjunto seja mais caro que o mesmo item apresentado por outra empresa, tal fator pode ser irrelevante quando analisado no cenário total, isto é, ainda que a distância entre unidade de destinação final e o município seja notória, tal situação não será contrária ao princípio da economicidade, ainda mais quando esse valor sequer fora apresentado. **DOS PARECERES TÉCNICOS: Parecer nº 86/2022**, firmado pelo Eng. FERNANDO BRASIL AQUINO DOS SANTOS, o qual refere o que segue: “Cabe ressaltar que a licitação é analisada no âmbito dos valores de menor preço global. Não cabendo pré-julgar um participante do certame sem o mesmo ter apresentado os seus valores propostos”. **Parecer nº 94/2022**, firmado pelo Eng. FERNANDO BRASIL AQUINO DOS SANTOS, o qual refere o que segue: “Informo que leitura dos autos do processo licitatório e dos documentos apensados (L O, certidões, etc.) temos a Licença de Operação LO nº02395/2020 da empresa Aborgama do Brasil Ltda. No item “II- Condições e restrições: 2- Quanto ao empreendimento: no item 2.1- esta licença...” apresenta as condições requeridas da concorrente para a destinação do resíduo questionado e objeto do certame. A licença LO nº0029/2022 em nome da empresa Ecototal Sist. No seu item “II- Condições e restrições: 2- Quanto ao empreendimento: no item 2.5- não poderá ser disposto resíduos com características de inflamabilidade (de acordo com a Portaria FEPAM nº016/2010), resíduos líquidos, ...; porém na descrição dos Resíduos no projeto básico há uma explanação de forma didática a respeito do assunto. Já na planilha orçamentária estão inclusos dos resíduos elencados na planilha fornecida pela Secretaria da Saúde característicos do escopo dos atendimentos previstos e na especificidade das unidades de atendimento previstos no projeto básico e nestes não há previsão de resíduos líquidos significativos. Ocorrendo apenas previsão para captação e destinação de resíduos oriundos de serviços ambulatoriais de pequeno porte; dentre os resíduos dos postos de saúde não há previsão de hemoderivados de

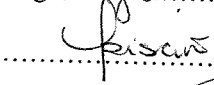
banco de sangue, resíduos de blocos cirúrgicos (operações de porte) e de resíduos de órgãos, tecidos/resíduos operatórios que não sejam de procedimentos ambulatoriais de pequena monta. No montante de resíduos previstos a unidade total fica dentro do liberado na LO nº0029/2022 apresentada. Sendo assim as propostas apresentadas atendem as exigências previstas em edital e aos Licenciamentos apresentados pelas partes.” **DA DECISÃO DA COMISSÃO:** Ressalta-se, ainda, que o objeto da presente licitação é a “Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, com fornecimento dos recipientes, transporte, tratamento e destino final em aterro licenciado (próprio ou terceirizado) dos RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE dos grupos A, E e B, de acordo com Termo de Referência, Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Planilha de Composição de Custos Mensais, que são parte integrante do presente edital.”, não abrangendo, portanto, resíduos líquidos. Por fim, com base nos pareceres acima mencionados do Eng. FERNANDO BRASIL AQUINO DOS SANTOS, a Comissão julga IMPROCEDENTE o recurso da empresa Cetrilife, mantendo a decisão que reconheceu a habilitação da empresa Aborgama; Oportunamente, fica designado às empresas habilitadas data para abertura das propostas, a ser realizada no dia 30/05/22, às 09 horas. Nada mais havendo, o Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual eu, Adriana Piegas de Souza, lavrei a presente ata, que após ser lida e achada conforme, segue assinada pela Comissão de Licitações.

### Comissão de Licitações

Adriana Piegas de Souza

.....  
  
 ..... Presidente


Priscila Frederich De Oliveira

.....  
  
 ..... Membro da Comissão

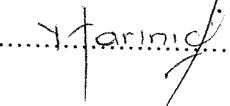
Gileade Silva Viana

.....  
  
 ..... Membro da Comissão

Fernanda Rohleder Bronzoni

.....  
  
 ..... Membro da Comissão

Marinice Niederauer Iensen

.....  
  
 ..... Membro da Comissão